



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério da Saúde, acerca dos investimentos destinados à disponibilização de medicamentos de alto custo através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, acerca dos investimentos destinados à disponibilização de medicamentos de alto custo através do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste contexto, solicito:

- a) Diante das informações apresentadas, e considerando que o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) planeja investir os R\$ 30,5 bilhões destinados à área de Saúde até 2026, visando aprimorar o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), há previsão na execução destes recursos, para direcionar investimentos para disponibilização de medicamentos de alto custo pelo Sistema Único de Saúde (SUS)?
- b) O Ministério já possui um cronograma definido de atuação e uma lista abrangente de investimentos potenciais planejados na área da saúde por meio dos recursos provenientes do PAC?
- c) Como o Ministério tem atualmente direcionado seus esforços e investimentos para assegurar a assistência e a disponibilização de medicamentos no Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de





garantir o acesso a medicamentos para a população?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

JUSTIFICAÇÃO

Primeiramente, é necessário esclarecer que este requerimento de informações foi enviado ao Ministério da Saúde, considerando sua competência ministerial amplamente relacionada à saúde pública e à gestão do sistema de saúde em âmbito nacional. O Ministério da Saúde desempenha um papel central na formulação e implementação de políticas, programas e ações voltados para a promoção, prevenção e tratamento de doenças, bem como na garantia do acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade. Dessa forma, solicitar informações ao órgão ministerial é um instrumento essencial para fiscalização, transparência e responsabilidade, permitindo que cidadãos, parlamentares e demais partes interessadas acompanhem de perto as decisões, alocação de recursos e resultados alcançados pelo ministério em relação à saúde da população.

De acordo com informações divulgadas pelo portal oficial de comunicação do Governo Federal, o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) terá um investimento expressivo de R\$ 30,5 bilhões destinados à área de Saúde no Brasil até 2026, com o objetivo de ampliar e aprimorar o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esse aporte financeiro será direcionado para diversas frentes, incluindo a expansão do número de hospitais e Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como melhorias no atendimento oncológico e a disponibilidade de serviços essenciais, como o SAMU 192.





Segundo informações divulgadas, os investimentos englobam diversas áreas-chave, com ênfase na solução de desafios históricos na atenção especializada, como o aprimoramento dos tratamentos oncológicos e a expansão da capacidade hospitalar em todo o país. Nesse contexto, é essencial abordar a questão da disponibilização de medicamentos de alto custo pelo SUS.

O governo assegura que o investimento do Novo PAC na Saúde será estruturado em cinco pilares principais: Atenção Primária, Atenção Especializada, Preparação para Emergências em Saúde, Complexo Industrial da Saúde e Telessaúde. Essa abordagem abrangente, de acordo com o governo, permitirá uma resposta integrada às necessidades e desafios enfrentados pelo sistema de saúde brasileiro.

A disponibilização de medicamentos de alto custo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel crucial ao garantir a equidade no acesso a tratamentos eficazes e ao aprimorar a qualidade de vida dos pacientes. No contexto brasileiro, diversos medicamentos destinados a tratar doenças raras, crônicas ou complexas possuem preços elevados, tornando-os inacessíveis para muitos cidadãos. Diante dessa realidade, o SUS assume uma função essencial ao viabilizar que esses medicamentos estejam disponíveis para todos, independentemente de sua situação financeira.

O estabelecimento dessa política de disponibilização é respaldado por critérios técnicos e científicos sólidos, que incorporam a eficácia, a segurança e a relevância clínica dos tratamentos propostos. A inclusão desses medicamentos no catálogo do SUS envolve um processo complexo, que engloba negociações com a indústria farmacêutica e a implementação de medidas para reduzir custos e aumentar a capacidade de produção interna. A disponibilização de medicamentos de alto custo também enfrenta





desafios logísticos, de distribuição e de monitoramento do uso correto, visando garantir a administração adequada dos tratamentos pelos pacientes.

Apesar dos esforços significativos para viabilizar a disponibilização desses medicamentos, alguns desafios persistem, incluindo a limitação orçamentária e a necessidade de priorização entre os diferentes tratamentos possíveis.

Assim sendo, a alocação de investimentos na área da saúde por meio do NOVO PAC, com o propósito de viabilizar a disponibilização de medicamentos de alto custo, emerge como uma decisão vital e estratégica no contexto das novas iniciativas delineadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nesse cenário, sua priorização se justifica mediante um conjunto de razões que claramente evidenciam os benefícios positivos que essa medida pode trazer para o acesso à saúde e o bem-estar da população.

A inclusão de medicamentos de alto custo nas iniciativas do Novo PAC atende a uma necessidade urgente de pacientes enfrentando doenças raras, crônicas ou complexas, muitas vezes associadas a altos custos. Esses tratamentos frequentemente apresentam valores exorbitantes devido à complexidade de seu desenvolvimento e produção. Ao possibilitar o acesso a esses medicamentos, o governo demonstra seu compromisso com a saúde abrangente da população, providenciando tratamentos adequados para condições de saúde que frequentemente prejudicam substancialmente a qualidade de vida dos indivíduos.

Além disso, a disponibilização de medicamentos de alto custo reflete uma postura de justiça social e equidade. A oportunidade de acessar tratamentos igualitários, independentemente da condição econômica dos pacientes, é vital para reduzir as discrepâncias de saúde existentes no país. As doenças não fazem distinção de classes





sociais, tornando essencial garantir o acesso a medicamentos de alto custo como parte das ações governamentais, como uma forma de diminuir as desigualdades no âmbito da saúde.

A implementação desses tratamentos também desempenha um papel crucial na promoção de resultados clínicos aprimorados. Muitas vezes, medicamentos de alto custo são a única opção viável para pacientes enfrentando condições de saúde debilitantes ou que colocam suas vidas em risco. A disponibilidade desses tratamentos pode resultar em uma melhoria substancial na qualidade de vida, reduzindo complicações de saúde e, conseqüentemente, diminuindo os custos associados a hospitalizações prolongadas e procedimentos médicos invasivos.

Dessa forma, resta clara a importância e necessidade da disponibilização de medicamentos de alto custo como medida adotada pelo Novo PAC - através dos recursos destinados à área da saúde, considerando a relevância e os resultados benéficos à população. Considero que essa medida deve ser enfaticamente apoiada, pois demonstra um compromisso ativo do governo em relação à saúde e ao bem-estar da população, agindo para reduzir as desigualdades, melhorar os resultados clínicos e fortalecer a confiança no sistema de saúde pública do Brasil.

Nesta esteira, faz-se necessária a solicitação de informações, compreendendo que o acesso aos dados da administração pública é um direito que consta no artigo 5º da Constituição Federal e em diversos normativos do país, em especial na Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei de Acesso à Informação, legislações que garantem o acesso aos documentos de caráter administrativo oficial, tanto em nível federal, estadual e municipal, desde que não seja de ordem pessoal e não possuam natureza sigilosa.

Há também a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) que garante que quem solicitar a informação irá recebê-la, seja pessoa física ou jurídica,





sem sequer precisar esclarecer um motivo para o mesmo. Promulgada em 2011, esta legislação estabelece que todas as esferas de governo, incluindo o Governo Federal, devem fornecer informações públicas de forma clara, acessível e transparente. Ela assegura o direito de qualquer cidadão obter informações sobre ações governamentais, desde políticas públicas até dados orçamentários. Além disso, o governo é obrigado a responder a pedidos de informação dentro de prazos definidos, salvo em casos de sigilo legalmente justificável.

Dessa forma, buscando cumprir o meu papel representativo dos interesses da sociedade, entendo que é crucial assegurar a transparência, esclarecer dúvidas e estimular a fiscalização, a presente solicitação de informações tem o intuito de auxiliar na busca por soluções, respeitando o interesse público e visa garantir um sistema mais justo, acessível e eficiente para todos os brasileiros.

E sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as suas necessidades, solicite as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, 24 de outubro de 2023

Deputado **AMOM MANDEL**
Cidadania/AM

